



Expresso

04-02-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 483

Imagem: S/Cor

Página (s): 18

# Sim, mas... esta a sentença

Reforma dos tribunais: **calendário é apertado** e a negociação difícil

O caminho traçado no esboço do novo mapa judiciário, apresentado esta semana pela ministra da Justiça, tem três grandes pontos de referência: o fecho de 46 tribunais e um juízo (e abertura de 20 grandes comarcas, uma por distrito, mais Madeira e Açores); um trabalho a duas velocidades (com equipas dedicadas apenas a resolver pendências e atrasos); e a criação de secções dos tribunais de recurso nas novas comarcas.

O novo mapa deve entrar em vigor no próximo ano. Até lá, será necessário ultrapassar vários obstáculos. O novo regime do Processo Civil tem de ser aprovado e será necessário proceder a mudanças nos estatutos dos juízes, procuradores e funcionários judiciais. A proposta, bastante detalhada na análise ao volume de processos nos tribunais, não diz que mudanças são essas. Mas volta a ser exata quando calcula que as bolsas de pessoal para resolver pendências tenham 300 juízes, 80 procuradores e 400 funcionários.

Fernando Jorge, presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais, mostra-se surpreendido com os números. "Não estão certos. Não pode haver tantos funcionários a mais, numa bolsa, quando, no final do ano passado, foi necessário recrutar 400 pessoas." Sobre as mudanças ao estatuto, Fernando Jorge prefere usar outra palavra. "Estamos na expectativa. Este é um problema que se arrasta há muito tempo."

Já os juízes sentem que chegou a sua hora. "Desde 2007 que defendemos alterações ao atual mapa judiciário", refere António Martins, presidente da Associação Sindical de Juizes. É um "sim", falta o "mas". "Parece-nos que a opção pelas 20 comarcas novas não é a ideal. Preferimos partir dos 58 círculos judiciais que existem, fazer as alterações caso a caso, com precisão e conhecimento de causa, e construir novas comarcas. É uma espécie de trabalho de relojoaria", adianta o magistrado, para quem os números da proposta "não são os mais fiáveis".



O novo mapa judiciário prevê que possam ser instaladas nas comarcas unidades dos tribunais de recurso FOTO JORGE SIMÃO

Nuno Garoupa, professor na Universidade de Illinois, nos EUA, e autor do livro "O Governo da Justiça", dá nota positiva à proposta de Paula Teixeira da Cruz, mas aponta-lhe alguma falta de ambição. "Não resolve tudo e poderia ser ainda mais ambiciosa, nomeadamente numa reforma drástica dos tribunais superiores", concretiza.

## Problemas e pouco tempo

O Governo prevê que o novo mapa judiciário, cujo desenho já foi enviado à *troika*, possa ser discutido no Parlamento, em setembro. Nuno Garoupa, porém, antevê alguns problemas, relacio-

nados com dinheiro e com a necessidade de negociar com os operadores judiciais. "A aplicação atempada vai ser o maior desafio, em termos de recursos humanos e financeiros."

Para Rui Cardoso, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ainda é cedo para falar de problemas. "O documento é pouco detalhado e ficam muitas dúvidas. Sendo certo que é preciso mudar o que existe, temos várias reservas." E enumera-as. As alterações ao estatuto — "que podem ou não ser inconstitucionais"; os números indicados — "que nos parecem longe da realidade"; e os critérios para o encerramento dos tribunais —

"que não parecem razoáveis e que vão obrigar as pessoas a percorrer enormes distâncias".

O bastonário da Ordem dos Advogados pega no argumento do fecho de tribunais, mas é mais direto na avaliação que faz à proposta do Governo. "Vai afastar as pessoas da Justiça. Os tribunais são órgãos de soberania, têm de estar presentes nas localidades. Se não estiverem, onde vão os cidadãos procurar Justiça?", pergunta Marinho e Pinto, mesmo admitindo que o atual modelo, a funcionar com três comarcas-piloto (ver texto abaixo), pode ser melhorado.

**RICARDO MARQUES**  
rmarques@expresso.imprensa.pt

## PONTOS NO MAPA

- Encerram 46 tribunais e um juízo, com menos de 250 processos, e nascem 20 comarcas (uma por distrito e Região Autónoma)
- Bolsa para resolver pendências e atrasos terá 300 juízes, 80 procuradores e 400 funcionários judiciais
- Obriga a alterações nos estatutos dos juízes, procuradores e funcionários